ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2022
Aceito: 5/7/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

RAMOS, J. A. B. Heranças escravistas e ambiguidade política: Brasil e Américas. Século XVI – Séculos XIX/XX. Curitiba: Brasil Publishing, 2021. Resenha de: GUERRA, A. G. D. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 141-144, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p141-144.

HERANÇAS ESCRAVISTAS E AMBIGUIDADE POLÍTICA

BRASIL E AMÉRICAS, SÉCULO XVI – SÉCULOS XIX/XX

Por: Armando Gutembeg Diniz Guerra[1]

Para entender a sociedade brasileira em toda a sua complexidade tem-se que muito estudar sobre a sua constituição e as relações que se estabeleceram na formação histórica das categorias que a compõe. Os elementos dominadores e dominados nos quais se fundaram o Brasil, em particular os senhores feudais e mercantis vindos da metrópole portuguesa e os trabalhadores de origem afro-brasileira, entendidos estes como os ancestrais autóctones e os negros vindos do continente africano, viveram e perpetuaram relações que se refletem no comportamento geral da sociedade brasileira, pretensamente capitalista, mas com ranços de atraso explícitos e que reportam, não raro, ao sistema escravagista.

Os estudos do professor José Alberto Bandeira Ramos são um investimento importante, disponibilizado em livro, com uma exposição clara, objetiva e didática, permitindo elucidar e inspirar reflexões profundas sobre o País em que vivemos.

É obra que deve ser lida com vagar para se aproveitar do esforço de sistematização na qual o autor é magistral, com a classificação e qualificação das formas evolutivas dos países americanos que tiveram esses componentes escravistas na sua configuração, embora com desdobramentos diferenciados no tempo e no espaço das Américas.

Embora abrangendo o continente americano nos séculos XVI, XIX e XX, podemos estender as reflexões para a contemporaneidade, uma vez que nela se expressam evidentes distinções de classe baseadas em estereótipos que se formaram como determinações das relações sociais e econômicas presentes na história desse vasto território. O fundamento para a escolha desses períodos se justifica pela implantação inicial de sistemas produtivos de larga escala, em particular os do açúcar e do algodão, ambos com o apoio da pecuária, e em seguida a atividade de mineração de ouro e pedras preciosas que absorve contigentes significativos quando das crises econômicas

[1] Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: gguerra@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0002-8122-1141

das atividades anteriores, nos séculos XVIII, XIX e XX, entremeadas à análise econômica. José Alberto Bandeira Ramos faz importantes investimentos na reflexão sobre os rebatimentos do setor econômico na organização social e política ao longo de toda a história do País, demonstrando como as transformações se dão mantendo permanente a estrutura monárquica e, mesmo quando o sistema se assume como republicano, reproduz a estrutura conservadora de dominação.

O conjunto de textos publicados como decorrentes da tese de doutorado, relatório de pós-doutorado e artigos em seminários, congressos e encontros de história se torna aparentemente repetitivo, mas contribui para fixar periodizações estruturantes para a compreensão dos diferenciados processos de constituição e evolução política e econômica dos países latino-americanos, em particular nos primeiros 250 anos pós-contato dos europeus com as Américas, e nas crises do escravismo que se manifestaram nos séculos XVIII e XIX, avançando até os anos 1930 do século XX, fim da periodização proposta pelo autor.

Ressalta-se, na análise desse livro, o retardo do Brasil, Sul dos Estados Unidos e Cuba no processo de abolição da escravatura e a importância da emancipação de países como o Haiti, que, embora tenha sido um importante parceiro da massa libertária da metrópole na Revolução Francesa, contraditoriamente, na sequência de sua história, torna-se o mais pobre dos países da área abrangida pelo estudo.

Na estrutura de toda a análise feita pelo Professor José Alberto Bandeira Ramos, o conceito de classe está presente delimitando as formações políticas de estados mercantilistas baseados no escravismo em permanente tensão com a chegada do capitalismo fundado no assalariamento. Mais do que isso, demonstra com solidez a dependência e subordinação da sociedade civil, povo ou nação ao Estado que se estabelece a priori, revelando os marcos de funcionamento do que seriam essas categorias sociais, sempre historicamente atreladas a uma classe dominante poderosa, rigorosamente controladora do funcionamento da economia e do comportamento dos seus subordinados.

Considero que, embora seja precisa a conclusão de que a independência do Brasil tenha se dado em matriz conservadora das relações sociais, há um vácuo na análise, qual seja o de afirmar os esforços da família imperial portuguesa em se manter no controle do que ocorria tanto na metrópole quanto na ex-colônia, artificial e ambiguamente constituída em independente, mas sob a tutela e visceralmente ligada à monarquia, seja como sistema político, seja como sequência familiar e dinástica. Nesse sentido, cabe explicitar a ida de D. Pedro I para Portugal deixando o seu filho no Brasil tutelado como monarca e faz o gesto de retomar o governo das mãos de seu irmão Miguel, que usurpara o trono da esposa, sua sobrinha, filha do esforçado e zeloso D. Pedro I. Trata-se de uma disputa familiar que pode servir de indicador da crise política que se dá certamente como consequência do declínio da economia portuguesa e europeia desde o século anterior. A vinda da Família Real para o Brasil, a meu ver, não pode ser considerada uma fuga qualquer nem a simples tentativa de manter a monarquia distante da onda revolucionária que varria a Europa, uma vez que Napoleão restaurara a monarquia ao assumir o poder, ainda que com outros parâmetros, mas seguramente como uma contrarrevolução.

Aprende-se, na leitura dessa obra, desde o elucidativo prefácio elaborado pelo professor Osvaldo Coggiola, que firma conceitos e os referenciais da análise a ser detalhados por José

Alberto, claramente filiado e assumindo a matriz marxista de seus estudos. Com uma robusta revisão de literatura e leitura das análises feitas sob as diferenciações e semelhanças sobre a escravidão e as rebeldias na América do Sul portuguesa (Brasil) e espanhola, na América Central multifacetada e em disputa pelos países da Europa Atlântica (Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda), o texto traz insights muito pertinentes sobre o processo de dominação europeia, em particular a belga sobre o Golfo de Benin, origem de parte significativa dos contingentes negros aprisionados e enviados para as diversas áreas do continente americano. Salta aos olhos o número de 4.029.800 africanos desembarcados no Brasil entre 1551 e 1870 contra 5. 995, 300 em todos os outros países das Américas, ou seja, nosso país recebeu 40,1% de todo o contingente de pessoas negras escravizadas registrado nesse período em toda a área.

Ganha sentido e muita firmeza a utilização do clássico conceito de classe social desenvolvido pelo filósofo alemão, tanto quanto as afirmações sobre o preconceituoso ethos latino-americano quando se trata das relações entre negros e brancos ao longo de toda a história dos países onde sua presença se fez como fundamental na composição do setor trabalho e no desenvolvimento do sistema produtivo, seja ele o mercantilista, seja ele seu sucedâneo capitalista ancorado em relações que remetem a um tipo de subordinação que soa como recriação da mesma relação mercantil disfarçada por um pseudo assalariamento. Alia-se a esse dado o bloqueio feito para a aquisição de terras e inserção política, social, cultural e econômica dos libertos ao conjunto da sociedade sempre a reboque de ditames governamentais hegemonicamente protalados pelas classes dominantes.

Todo esse esforço de leitura e releitura tem por objetivo a identificação de heranças escravistas e as ambiguidades políticas presentes na sociedade brasileira, resultando em consequências trágicas e letais para a população descendente desse processo violento e excludente que se perpetua no País. Apenas para citar alguns aspectos explicitados na obra, destaca-se primeiramente a tendência ao consumo ostentatório oposto ao caráter de investimento nos processos de produção que caracterizam o capitalismo. Em segundo lugar é citada a predominância de relações de caráter pessoal em detrimento de relações contratuais em terceiro item o autoritarismo político, avesso a procedimentos de negociação, revelando a distinção entre as classes. Senti falta de comentários sobre os espaços claramente discriminatórios presentes no nosso cotidiano nacional, como os elevadores de serviço e os quartos ou dependências de empregados nas casas e apartamentos onde moramos. A meu ver e de muitos autores que tenho lido, são heranças explícitas do escravismo estrutural e arraigado em nossa cultura.

José Alberto Bandeira Ramos é engenheiro-agrônomo formado em 1962 na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, caudatária da Imperial Escola Agronômica e atual Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Foi eleito vereador em Cruz das Almas exercendo o mandato em 1963, sendo preso e cassado em 1964 na escalada do golpe militar que assumiu o País. Teve seu exercício profissional como consultor no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e se qualificou em diversos cursos de especialização no País, bancados pelas empresas em que trabalhou. Foi professor na mesma escola de origem de sua graduação durante 20 anos. Militante político em movimentos sociais e na Associação dos Engenheiros-Agrônomos da Bahia entre 1981 e 1985, continua sendo um estudioso da sociedade rural brasileira, em particular o campesinato massacrado e discriminado em suas diversas formas de expressão.

Ler “Heranças escravistas e ambiguidade política” foi um mergulho na história do País e um reconhecimento de seu DNA de perversão, sadismo e violência de forma concreta no que presenciamos em nosso cotidiano. Serve como terapia para refletirmos e continuarmos na busca da erradicação dos males que nos afligem na contemporaneidade. Estão todos convidados a essa viagem. Apertem os cintos, abram e segurem suas cabeças para as revelações que essas reflexões podem provocar!